

## A Evolução do Relacionamento entre a Europa e a República Popular da China

**Cármén Amado Mendes**

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

---

Fruto da História, os líderes chineses têm olhado para a Europa com um misto de admiração e ressentimento, reconhecendo-lhe o seu papel de estímulo ao desenvolvimento da China moderna mas também de fonte de ocupação territorial e instabilidade. Desde o estabelecimento da República Popular da China (RPC – doravante referida como “China”) em 1949, a Europa ocupou durante muito tempo um lugar secundário na política externa chinesa, comparativamente com os Estados Unidos, o Japão ou a ex-União Soviética. Considerando-a marginal no sistema internacional, o relacionamento da China com a Europa era percebido como sendo menos importante do que a recuperação da integridade territorial chinesa e o controlo da presença militar dos EUA em determinadas zonas. A política chinesa para a Europa restringia-se praticamente ao relacionamento do Partido Comunista Chinês com os partidos comunistas europeus. Apesar disso, a Europa assumiu um papel importante nas relações externas da China, funcionando, nomeadamente, como um factor na condução das relações chinesas com as duas superpotências.

Na década de 70 a Europa adquiriu uma posição mais importante para a China devido a vários factores. Por um lado, começa a afirmar-se no sistema bipolar e volta a ser, aos olhos da China, um centro importante da política mundial; esta imagem positiva leva a uma alteração profunda no relacionamento entre as duas partes. Por outro lado, a China deixa de perceber um conflito de interesses com a Europa e vê nesta uma possível fonte de renovação de equipamento obsoleto das suas forças armadas. Do lado europeu, também há uma tentativa de aproximação. A maioria dos países europeus reconhece que Pequim é importante para os seus próprios interesses por três motivos. Em primeiro lugar, por questões políticas, em parte devido à evolução da União Soviética: a China era vista como uma forma de contrabalançar o poder soviético. Em segundo lugar, por questões territoriais, uma vez que existia um elevado grau de imprevisibilidade quanto a Hong Kong e Macau. Em terceiro lugar, por questões económicas: com as políticas de abertura chinesa, sobretudo na década de 80, a China torna-se muito importante para expansão da economia europeia.

A nível bilateral, as relações da RPC com a Grã-Bretanha foram marcadas pelas negociações para a transferência da soberania de Hong Kong e com Portugal pelas negociações para a transferência da administração de Macau, sob o conceito de “um país, dois sistemas”. Com a França, o relacionamento intenso provocado pelo rápido estabelecimento de relações diplomáticas, em 1964, esfriou na década de 80. Em relação à antiga República Federal Alemã (RFA), o relacionamento foi de cariz essencialmente económico, uma vez que a RFA foi o parceiro económico europeu mais importante da China desde 1966.

Passando para o plano multilateral, as tentativas de aproximação diplomática entre a RPC e a actual União Europeia (UE) começaram nos anos 70 e em 1975 estabeleceram-se relações oficiais entre as duas partes. A evolução favorável do relacionamento entre as duas partes, com um cariz essencialmente económico, arrefeceu com o “Massacre de Tiananmen”, a 4 de Junho de 1989, que levou a Europa a impor várias sanções à China. Ganhando claramente vantagem em relação às ideologias políticas e às questões dos Direitos Humanos, os interesses económicos rapidamente ditaram a normalização das relações entre as duas partes e os contactos foram oficialmente reatados passado pouco mais de um ano.

A partir dos anos 90, a UE definiu a sua política para com a RPC em documentos relativamente abrangentes e pela adopção de uma “Parceria Global”. Em termos políticos, resolvidas as questões territoriais de Hong Kong e Macau, mantém-se as dissensões

relativas ao respeito pelos direitos humanos. Não obstante, das várias sanções adoptadas na sequência de Tiananmen, apenas se mantém o embargo de armas à China, mais por razões geoestratégicas do que propriamente por questões de direitos humanos. Em termos económicos, o desrespeito chinês das regras ocidentais levou a UE a adoptar restrições e cláusulas anti-*dumping* em relação à China e atrasou o longo processo de adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em 2001. Com a entrada da China nesta organização e a liberalização do comércio dos têxteis, outros problemas se têm levantado, nomeadamente o da reimposição de quotas que controlem a “invasão” de produtos chineses sentida pelos industriais europeus.

Paralelamente à política da UE em relação à China, decorrem várias políticas individuais de alguns dos Estados membros da União. Do lado chinês, esta negociação de Estado-a-Estado permite jogar com a concorrência e obter algumas vantagens económicas e políticas. Do ponto de vista europeu, este relacionamento bilateral, apesar de benéfico a curto prazo enfraquece a posição de cada país a longo prazo. O peso dos grandes Estados da UE num relacionamento unilateral com a China será sempre muito inferior ao seu peso numa actuação coordenada no seio da UE e só assim terão meios de pressão passíveis de fazer face à estratégia chinesa.